§ 3º:-No caso de morte do permissionário, a Prefeitura Municipal poderá, a pedido do cônjuge sobrevivente ou companheira que convivia com o "de cujus" na data de seu falecimento, devidamente comprovado pelo órgão da Previdência Social, transferir o alvará de exploração dos serviços de táxis para seu nome ou a pessoa por ele designada.

ARTIGO 2º:-O Artigo 7º da Lei nº 81, de 03 de outubro de 1.974,- passa a vigorar com a seguinte redação:-

ARTIGO 7º:-Em caso de transferência para terceiros, do alvará para exploração dos serviços de táxis, o Executivo somente poderá conceder novo alvará ao portador transmitente após decorrido 120 (cento e vinte) dias da data que a mesma se efetivar.

ARTIGO 3º:-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,- retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 1.988.

Secretaria da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e nove (25/04/1989).

Aquevirque Antonio Nholla
- PRESIDENTE -

LEI Nº 44, DE 09 DE MAIO DE 1.989.

"Autoriza o Município de São João da Boa Vista a adquirir de Maria Helena Cirto Braido e seu marido - Hugo Braido e de Aparecida Nora Cirto o imóvel que especifica".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E O PRESIDENTE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, PROMULGA, A SEGUINTE . . .

L E I : -

ARTIGO 1º:-Fica o Município de São João da Boa Vista autorizado a adquirir, por via amigável, formalizada por Escritura Pública -

uma Gleba de terra pertencente a Maria Helena Cirto Braido e seu marido Hugo Braido e Aparecida Nora Braido desmembrada de área - maior com 59.574,96 metros quadrados situada no local denominado 21 de Abril, para implantação de parte do Distrito Industrial de São João da Boa Vista, que assim se descreve: Tem o princípio no ponto "7-A" junto à cerca de divisa, segue com o azemute médio - de 293º40' e a distância de 66,14 metros até o ponto "8", con - frontando com os Sres. Rene Eustáquio e outros, deflete à esquer da e segue com o azemute médio de 204º00' e a distância de 100,0 0 metros até o ponto "9" confrontando com CBL - Cia. Brasileira de Laminados (antigo Agenor Bassi); deflete à direita e segue - com o azemute médio de 207º15' e a distância de 85,00 metros até o ponto "10", confrontando com o Sr. Francisco Calixto Cevitel - li; deflete à direita e segue com o azemute médio de 291º30' e a distância de 40,00 metros até o ponto "11" e ainda em confronto com o Sr. Francisco Calixto Cevitelli; deflete à esquerda e se - gue com o azemute médio de 195º30' e a distância de 130,00 me - tros até o ponto "12", confrontando com Sebastião Cassiano; de - flte à esquerda e segue com o azemute médio de 120º00' e a distân cia de 162,00 metros até o ponto "13"; deflete à direita e segue com o azemute médio de 142º40' e a distância de 95,00 metros até o ponto "14"; deflete à esquerda e segue com o azemute médio de 118º00' e a distância de 61,84 metros até o ponto "14-A" sendo - que do ponto "12" até o ponto "14-A", confronta com o Sr. João - Nascimento; deflete à esquerda e segue com o azemute médio de - 358º59' e a distância de 425,69 metros até o ponto "7-A", con - frontando com a área remanescente das Srªs. Maria Helena Cirto - Braido e Aparecida Nora Cirto, onde teve início esta demarcação.

ARTIGO 2º:-A aquisição autorizada pelo Artigo anterior far-se-á pelo valor de NCrz$40.000,00 (quarenta mil cruzados novos) embasa do em laudo avaliatório elaborado pelos peritos nomeados pela - Portaria nº 118, de 28 de abril de 1.989.

PARÁGRAFO ÚNICO:-As despesas com a aquisição autorizada pelo Ar- tigo 1º no valor estabelecido pelo Artigo 2º serão atendidas pe- la dotação: 14.02 - Encargos Gerais do Município - 4210 Aquisi - ção de Imóveis constante do orçamento vigente.

ARTIGO 3º:-Fica dispensado procedimento licitatório na presente aquisição por tratar-se de imóvel localizado na Zona Industrial estabelecida pela Lei nº 255, de 03 de maio de 1.982, único que convém a Administração e já declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 56, de 25 de abril de 1.989.

ARTIGO 4º:-As despesas com a lavratura da Escritura e respectiva Matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Anexos são de responsabilidade do Município adquirente e atendidas pela dotação 14.02 - Encargos Gerais do Município - 3132 - Outros Serviços e Encargos.

ARTIGO 5º:-A presente Lei, a Portaria nº 118, de 28 de abril de 1.989, o laudo avaliatório integrarão, por reprodução xerográfica o traslado da escritura.

ARTIGO 6º:-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, aos nove dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e nove (09/05/1989).

Aquevirque Antonio Nholla
- PRESIDENTE -

.:

LEI Nº 45, DE 09 DE MAIO DE 1.989.

"Transforma em Professor de 03 a 05 anos o emprego de Monitor de Pró-Nutri e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, APROVOU E O PRESIDENTE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, PROMULGA, A SEGUINTE . . .

L E I : -

ARTIGO 1º:-O emprego de Monitor de Pró-Nutri constante do Anexo II - Classe 12 e Anexo III - Tabela X da Lei nº 429, de 31/03/87 fica transformado em Professor de 03 a 05 anos e enquadrado no A